



31 DE MARÇO DE 2015

Terça-feira

- REPASSE DE TARIFAÇO E ALTA DO DÓLAR ATRASAM QUEDA DA INFLAÇÃO
- ALCOA SUSPENDE PRODUÇÃO DE ALUMÍNIO NO BRASIL E DEMITE 650
- CAMINHONEIROS QUEREM MUDAR LEI QUE REGE TRANSPORTE DE CARGAS
- VOLKSWAGEN CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS A 4,2 MIL FUNCIONÁRIOS
- COM MAIOR RECEITA, ARCELORMITTAL BRASIL QUASE TRIPLICA LUCRO EM 2014
- CVM PEDE EXPLICAÇÕES À TERNIUM
- GERDAU PROPÕE SAÍDA DO NÍVEL 1 DE GOVERNANÇA
- MINÉRIO DE FERRO ATINGE NOVA MÍNIMA HISTÓRICA COM COMENTÁRIOS DA RIO TINTO
- CHINESA BAOSTEEL CRITICA APELO POR LIMITAÇÃO DE PRODUÇÃO DE MINÉRIO DE FERRO
- INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO E CONSTRUÇÃO CIVIL LEVARAM O PIB DE 2014 PARA BAIXO
- SINDUSCON REVISAR ESTIMATIVAS E PROJETA RECUO DE 5,5% NO PIB DA CONSTRUÇÃO EM 2015
- INVESTIMENTO MOSTRA QUEDA INÉDITA DE SEIS TRIMESTRES
- CRISE DA INDÚSTRIA SE AMPLIA PARA O COMÉRCIO E APONTA PARA RECESSÃO
- FIRJAN VÊ INVESTIMENTOS DE R\$ 424 BI AMEAÇADOS EM FUNÇÃO DA LAVA-JATO
- AJUSTE PÕE EM RISCO CONCESSÕES DE FERROVIAS
- TRAFIGURA MANTÉM PLANOS, APESAR DE CENÁRIO NEGATIVO
- REAJUSTADOS OS PISOS SALARIAIS PARA 2015 NO ESTADO DE SANTA CATARINA
- INDÚSTRIA DA TRANSFORMAÇÃO | FIM DA DESONERAÇÃO TERÁ GRANDE IMPACTO
- MONTADORAS AMPLIAM PARADAS NA PÁSCOA
- SEIS EMPRESAS FECHADAS E 2 MIL DEMITIDOS NO POLO MOVELEIRO DE UBÁ
- LEVY QUER CORTAR EM QUASE 30% GASTOS DE CUSTEIO E INVESTIMENTO

- ANALISTAS APONTAM EFEITO DA DEPRECIACÃO DO CÂMBIO
- GOVERNO LANÇA PLANO DE AÇÃO PARA REDUÇÃO DE ACIDENTES DE TRABALHO
- CONFIANÇA DA INDÚSTRIA CAI 9,2% EM MARÇO, QUEDA MAIS FORTE DESDE NOVEMBRO DE 2008, DIZ FGV
- TEMPO CAPITAL PRINCIPAL INDICA MARCELO GASPARINO PARA CHAIRMAN DA USIMINAS
- GOVERNO CENTRAL TEM DÉFICIT PRIMÁRIO DE R\$7,4 BI, PIOR RESULTADO HISTÓRICO PARA MESES DE FEVEREIRO
- PHILIPS VENDE 80% DE UNIDADE DE COMPONENTES DE ILUMINAÇÃO POR US\$2,8 BI
- ETANOL SOBE EM SP APÓS 6 SEMANAS DE QUEDA; FICA COMPETITIVO ANTE GASOLINA EM MG
- LUCRO DA TRACTEBEL SOBE 68,3% NO 4º TRI COM AUMENTO DA VENDA DE ENERGIA
- ENTENDER A CADEIA DE SUPRIMENTOS É CHAVE PARA AUMENTO DE PRODUTIVIDADE EM MINERADORAS
- EQUIPAMENTO DA NAUTILUS PARA MINERAÇÃO SUBMARINA COMEÇA A SER MONTADO EM JULHO
- COMISSÃO DEBATE NOVO CÓDIGO DE MINERAÇÃO COM REPRESENTANTES DO SETOR
- SÍNTESE DA CONJUNTURA ECONÔMICA
- SABESP ALEGA CRISE E AGÊNCIA AUTORIZA AUMENTO DE 13,8% NA CONTA DE ÁGUA

CÂMBIO		
Em 30/03/2015		
	Compra	Venda
Dólar	3,186	3,186
Euro	3,421	3,422

Fonte: BACEN

Repasse de tarifaço e alta do dólar atrasam queda da inflação

31/03/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

A combinação de tarifaço de energia elétrica e aumento de impostos e do dólar está fazendo com que a inflação de preços livres, como alimentos e serviços, seja mais resistente do que normalmente ocorre em períodos de recessão.

A alta dos preços livres, que não são influenciados diretamente pela regulação do setor público, se acelerou em fevereiro, quando ficou em 7,19% no acumulado em 12 meses, contra 7,09% em janeiro. Essa alta, embora pequena, é inesperada para períodos de desaceleração, quando produtores e comerciantes têm menos espaço para repassar a alta de custos para o consumidor.

Segundo economistas, a inflação está em um momento de transição, em que ainda estão sendo absorvidos aumentos de custos provocados pela disparada do dólar, que já ultrapassa os R\$ 3,20, elevação do custo da energia e dos combustíveis, além de aumentos de impostos –problema que no Paraná será mais intenso do que em outros estados, já que a partir de abril será elevada a alíquota de ICMS, um imposto estadual, para milhares de produtos. Parte dessa pressão de custos certamente chegará ao preço final e, somente depois disso, a inflação dos preços livres deve ceder.

“O tarifaço público do início do ano impactou bastante outras áreas. A alta da energia, combustíveis e do transporte urbano foram disseminadas. Mas em uma economia que vai mal, o ofertante do serviço não consegue repassar todo aumento dos custos para o consumidor”, analisa o economista Thiago Biscuola, da RC Consultores.

Desaceleração

Na projeção da consultoria Rosenberg Associados, os itens livres devem sofrer uma desaceleração de 6,7%, registrado em 2014, para 6,4% no fim deste ano. “Por mais que a gente espere isso, serviços têm sempre uma resistência maior de diminuição”, afirma o economista Leonardo França Costa, da Rosenberg.

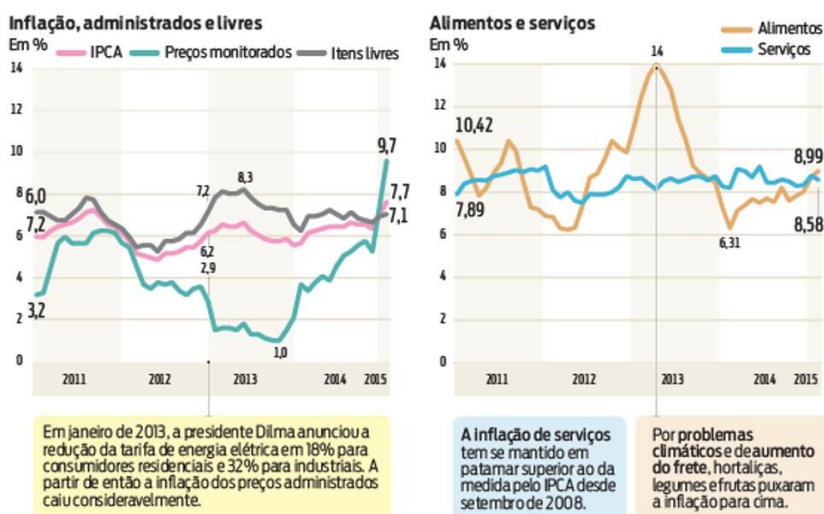
Costa avalia que a resistência dos serviços trará “problemas a mais” para o BC, que deve ver a inflação acumulada em 12 meses cair abaixo do teto da meta de 6,5% ao ano somente em 2016. Para este ano, o mercado espera que o IPCA fique acima de 8%. Nas contas da Rosenberg, o número de 2016 será próximo de 5,6%.

Para a consultoria GO Associados, os itens livres devem chegar ao fim de 2015 com elevação de 6,5%. “Tanto o câmbio quanto os administrados devem atrapalhar um pouco a desaceleração mais forte que podiam ocorrer nos livres, mas eles vão ceder ao longo do ano por conta da desaceleração da economia, principalmente do mercado de trabalho”, afirma a economista Mariana Orsini, da GO Associados.

A projeção de instituições financeiras e economistas consultados pelo BC para o Boletim Focus é que a inflação feche o ano em 8,13%. Se a taxa se confirmar, será a maior variação anual do IPCA desde 2003.

PRESSÃO POR TODOS OS LADOS

O comportamento da inflação dos itens livres, pressionado pelo aumento das tarifas públicas como de energia e transportes, deve influenciar o IPCA deste ano. Resistência de queda da taxa de serviços deve dificultar ação do Banco Central de trazer a inflação para dentro da meta



Fonte: Redação. Infografia: Gazeta do Povo.

Alta de alimentos e bebidas em 12 meses chega a 9%

A inflação de alimentação e bebidas teve redução no ritmo de aumento dos preços em fevereiro, considerando a alta de 0,81% no último mês ante a taxa de 1,48% registrada em janeiro. Apesar disso, os alimentos, influenciados diretamente pelo câmbio, acumulam alta de 9% nos últimos 12 meses.

A taxa de inflação dos alimentos é normalmente impactada por efeitos climáticos e outras situações sazonais, por isso varia bastante, diferentemente da inflação de serviços, mais constante. "As manifestações recentes dos caminhoneiros, que trancaram diversas rodovias, serviram também para impactar no preço dos alimentos. Assim como o dólar", afirma o economista Thiago Biscuola, da RC Consultores.

Em abril de 2013, o acumulado de doze meses dos alimentos atingiu 14%, com influência principalmente da alta dos preços dos produtos in natura, como hortaliças, legumes e verduras por conta de problemas climáticos e aumento do custo do frete. No fim daquele ano, a inflação dos alimentos ficou em 8,48%.

Juros devem subir para conter preços

Com o reconhecimento do Banco Central de que a inflação vai estourar a meta este ano e com o fim da intervenção diária no câmbio, analistas do mercado financeiro refizeram suas contas e chegaram ao consenso de que os juros básicos, a Selic, vai subir mais este ano. De acordo com o Relatório Focus divulgado nesta segunda-feira (30), o Comitê de Política Monetária (Copom) elevará a taxa dos atuais 12,75% ao ano para 13% na reunião de abril. Outra alta, para 13,25% ao ano, será aplicada em julho.

A expectativa de elevação dos juros embute a perspectiva de que o BC precisará agir para conter a alta da inflação. O IPCA vai subir 8,13% este ano, conforme o boletim, e 5,6% em 2016. Para o BC, as taxas serão de 7,9% e 4,9%.

O fim dos leilões de swap cambiais, uma operação que equivale à venda de dólares no mercado futuro e que termina nesta terça-feira (31), também abriu a perspectiva de que o BC terá que "compensar" com a alta da Selic. O programa apelidado de "ração diária" teve início em agosto de 2013.

Já a expectativa central do mercado financeiro para o Produto Interno Bruto (PIB) chegou a uma retração de 1,00% para 2015 – até então, a previsão era de uma contração de 0,83%. A nova projeção do mercado é justamente o dobro do que o BC previu para o período: uma contração de 0,5%.

Piorou bastante também a estimativa para a produção industrial, de -2,19% para -2,42%. Já para 2016, espera-se uma retomada do setor fabril, com crescimento de 1,68%.

Alcoa suspende produção de alumínio no Brasil e demite 650

31/03/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

A Alcoa, uma das maiores produtoras de alumínio do mundo, com sede nos EUA, anunciou nesta segunda-feira (30) mais um corte de produção no Brasil, com a demissão de 650 funcionários na unidade de São Luís, no Maranhão. Com isso, a companhia deixa de produzir no país o alumínio primário, que serve de base para produtos como esquadrias para construção civil e insumos de automóveis.

A medida é parte de uma estratégia global anunciada no início de março e que previa cortes de produção, fechamento de unidades e venda de ativos no mundo inteiro.

Caminhoneiros querem mudar lei que rege transporte de cargas

31/03/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

Os caminhoneiros querem mudanças na Lei 11.442/2007, que dispõe sobre o transporte rodoviário de cargas por conta de terceiros e mediante remuneração. A reportagem teve acesso às propostas apresentadas a empresários e representantes do governo na reunião da semana passada.

Os trabalhadores apresentaram demandas relativas ao pagamento de frete por via bancária, tarifa por tempo de estadia ao descarregar o caminhão, exigências para formalização de contrato com o transportador e com seguradora, e criação do transportador autônomo de carga auxiliar.

Segundo o texto, que foi elaborado pelo grupo 3 sob coordenação de Rosimeire Freitas, servidora da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), seria criado mais um documento para a burocracia de embarque de cargas: um papel que comprove o horário de chegada do caminhão. A falta desse documento acarretaria punição com multa de até 5% do valor da carga a ser aplicada pela ANTT ao embarcador e ao destinatário.

Essa comprovação de horário também se faz necessária porque os caminhoneiros querem que o prazo máximo para descarga dos caminhões seja de cinco horas. Após esse prazo, será devido ao transportador o equivalente a R\$ 1,38 por tonelada/hora. Esse valor seria corrigido anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

A proposta de legislação tenta ainda tirar outros custos dos trabalhadores. Eles querem que o pagamento do frete seja feito por conta bancária ou outro instrumento determinado pela ANTT, mas que as tarifas do serviço financeiro fiquem a cargo do contratante.

Os caminhoneiros querem ainda que seja permitida a possibilidade de cessão do caminhão a outro como "Transportador Autônomo de Cargas Auxiliar". Essa cessão, no entanto, não seria configurada como vínculo empregatício.

O Ministério dos Transportes, questionado sobre essas demandas, respondeu que o governo está analisando as propostas apresentadas pelos grupos de trabalho. O

pronunciamento do governo sobre as questões foi marcado para uma nova reunião plenária no dia 22 de abril.

Risco de nova greve

A reunião com o governo na quinta-feira passada, em Brasília, terminou com a ameaça de outra greve. Os caminhoneiros autônomos prometem retomar os bloqueios nas estradas do país se até o dia 23 de abril o governo não criar uma tabela com valores mínimos para pagamento de frete.

Os caminhoneiros queriam que a reunião já definisse a adoção da tabela mínima elaborada por um grupo de trabalho formado após a greve, mas o secretário-geral da Presidência, Miguel Rosseto, defendeu que essa tabela fosse apenas referencial, o que enfureceu os motoristas de caminhão.

Volkswagen concede férias coletivas a 4,2 mil funcionários

31/03/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

No dia em que cerca de 2 mil trabalhadores da Fiat em Betim (MG) retornaram ao trabalho após 20 dias afastados, a Volkswagen concedeu férias coletivas a 4,2 mil dos 5 mil funcionários da fábrica de Taubaté (SP), no Vale do Paraíba, na segunda-feira (30).

De acordo com o sindicato dos metalúrgicos da região, os trabalhadores ficarão afastados até 18 de abril. Com a decisão, pelo menos 7.354 metalúrgicos estão afastados temporariamente do trabalho todo o país. Segundo o sindicato, a decisão da Volks decorre da suspensão do terceiro turno na fábrica, que emprega cerca de 970 funcionários.

Eles serão remanejados para os outros dois turnos, o que exigiu a paralisação para alterações no sistema de produção. Outros 250 trabalhadores da unidade estão em lay-off até agosto. Em nota, a Volks disse estar fazendo uso de "ferramentas de flexibilização" para adequar a produção ao mercado.

Com maior receita, Arcelormittal Brasil quase triplica lucro em 2014

31/03/2015 - Fonte: INDA

A ArcelorMittal Brasil quase triplicou seu resultado no ano passado, em meio a vendas de ativos, de sucata e ao lançamento de créditos fiscais. O balanço, publicado nesta sexta-feira, mostra que o lucro líquido atribuído a controladores saltou de R\$ 289,5 milhões no ano anterior para R\$ 1,42 bilhão.

Na mesma base de comparação, a receita líquida da companhia, controlada pela maior siderúrgica do mundo em volume, cresceu 8,2% e totalizou R\$ 17,99 bilhões. A empresa vendeu 8,9 milhões de toneladas de aço em 2014, aumento de 10%, sendo 71,5% ao mercado doméstico.

O relatório da administração, que acompanha as demonstrações financeiras, aponta ainda expansão de 21% na produção de aço plano, para 5,36 milhões de toneladas — 32% entregue a Calvert, usina que o grupo controla com a Nippon Steel & Sumitomo Metal e que pertencia à alemã ThyssenKrupp. No segmento de longos, foi observado recuo de 7%, para 3,3 milhões de toneladas.

Além disso, o controle de gastos ajudou a conter os custos no ano e essa linha do balanço avançou 6,3%, em ritmo bem menor do que o faturamento. Os custos chegaram a R\$

14,18 bilhões. As despesas com vendas, contudo, saltaram 53,3% e chegaram a R\$ 610,3 milhões, e as gerais e administrativas aumentaram em 15,8%, para R\$ 442,1 milhões.

A Arcelor brasileira se beneficiou no período da comercialização de sucata e escória resultantes de sua produção, o que elevou o ganho com essa atividade em 65%, para R\$ 448 milhões. Também reforçou o resultado a alienação da laminadora Huatian em 2014, que deixou a linha de venda de ativos em R\$ 281,8 milhões.

Apesar da melhora operacional registrada, a companhia aproveitou para criticar o cenário atual da economia brasileira no relatório da administração. "O país precisa urgente de uma política governamental clara para defender a indústria doméstica contra a importação predatória de aço", pediu o grupo.

A controlada da siderúrgica de Luxemburgo também lembrou que os desafios são grandes para 2015. Há um excedente de oferta do aço no mundo, que leva ao que a Arcelor chamou de "distúrbios no fluxo de comércio internacional". Esse é o principal problema da competição com o produto importado, analisou a empresa.

"A situação atual dá sinais de que passaremos por um período macroeconômico de muita dificuldade em 2015", lembrou a administração. "A pressão inflacionária, as ameaças de desabastecimento de água e de racionamento de energia, o aumento de custos e a instabilidade cambial são ameaças adicionais aos negócios."

A última linha do balanço contou também com uma base de comparação mais fraca na linha de tributos sobre o resultado, já que unidades haviam aderido ao programa de refinanciamento de tributos do governo federal em 2013. Assim, e com o imposto diferido de R\$ 518,3 milhões no total, a empresa teve crédito fiscal líquido de R\$ 418,3 milhões.

CVM pede explicações à Ternium

31/03/2015 - Fonte: INDA

Em meio ao controvertido processo de mudança na composição do conselho de administração da siderúrgica Usiminas, na sexta-feira a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) pediu esclarecimentos à empresa sobre a decisão da acionista controladora Ternium de alugar ações (4,95% de papéis ordinários) de sua propriedade.

Essas ações, que não estão vinculadas ao bloco de controle da Usiminas, poderão vir a ser usadas durante a eleição do conselho, em AGE marcada para 6 de abril, conforme informou o Valor na sexta-feira.

Há pouco mais de uma semana, o bloco de ações da Ternium, parte da fatia de 10% adquirida da Previ no início de outubro, saiu da custódia do Bradesco e foi transferido para a da BM&FBovespa. Quem alugar essas ações, em acordo particular que pode ser firmado ainda esta semana, poderá, como minoritário, votar na AGE.

E, em conjunto com outros acionistas, eleger um novo conselheiro, bem como o novo presidente do colegiado.

Em resposta ao questionamento da CVM, conforme apurou o Valor, o grupo italiano Ternium - que divide o controle da Usiminas com a japonesa Nippon Steel & Sumitomo - confirmou a operação. "Em 20 de março, Ternium transferiu 25 milhões de ações ordinárias da Usiminas à custódia fungível da BM&FBovespa", informou.

E acrescentou, na resposta, que "até a presente data [27 de março] não foram celebrados quaisquer acordos relativos a qualquer operação de venda ou empréstimo de ações da Usiminas detidas pela Ternium".

Devido à desavença dos acionistas controladores sobre a gestão da Usiminas e, conseqüentemente, e da falta de consenso entre eles sobre nome comum para o conselho, os minoritários é que estão definindo o novo presidente.

Hoje, o nome cotado é de Marcelo Gasparino, indicado pelo grupo de Lirio Parisotto, que soma pouco mais de 4% de ações. Concorre com Parisotto fundos geridos pelo BTG Pactual, com pouco mais de 3%.

Gerdau propõe saída do nível 1 de governança

31/03/2015 - Fonte: INDA

A administração da Gerdau propôs a saída da companhia no Nível 1 de governança da BM&FBovespa. A proposta será votada em assembleia geral ordinária (AGO) no dia 29 de abril.

A Metalúrgica Gerdau também vai votar a saída do Nível 1 em AGO no final do mês. Os acionistas da Gerdau vão deliberar ainda sobre a mudança na composição do conselho da companhia.

Segundo a proposta apresentada, André e Claudio Gerdau — presidente e vice-presidente da Gerdau, respectivamente — passarão a acumular também a co-presidência dos conselhos de administração da Gerdau S.A e da Metalúrgica Gerdau.

Os papéis da Gerdau reagem negativamente à notícia e registram forte queda. As ações preferenciais recuavam 8,32%, a R\$ 10,03, pouco depois das 14h. Os recibos de ações (ADR) da Gerdau negociados na bolsa de Nova York caíam 9,59%, a US\$ 3,11.

Minério de ferro atinge nova mínima histórica com comentários da Rio Tinto

31/03/2015 - Fonte: INDA

Os preços do minério de ferro no mercado físico da China atingiram nova mínima recorde nesta sexta-feira com preocupações de que grandes mineradoras globais vão continuar a elevar a produção em um mercado bem abastecido.

O presidente da Rio Tinto, segunda maior mineradora de ferro do mundo, disse na quinta-feira que é "tola" a sugestão da rival menor Fortescue Metals de que as mineradoras deveriam limitar a produção da matéria-prima do aço para elevar os preços.

"A reação da Rio Tinto definitivamente atingiu o mercado, já que a empresa não tem nenhuma intenção de reduzir produção para elevar os preços", disse Li Wenjing, analista Industrial Futures, em Xangai.

O minério de ferro para entrega imediata na China recuou 1,3 por cento nesta sexta-feira, para 54,10 dólares por tonelada, menor valor desde que o The Steel Index começou a compilar os dados no fim de 2008.

China Baosteel critica apelo por limitação de produção de minério de ferro

31/03/2015 - Fonte: INDA

A chinesa Baoshan Iron and Steel (Baosteel), quarta maior fabricante de aço do mundo, se juntou à mineradora global Rio Tinto para rejeitar o apelo da Fortescue Metals Group por um limite na produção de minério de ferro visando impulsionar os preços, dizendo que isso "não é bom para a concorrência justa".

"As companhias devem seguir as leis do mercado. Qualquer ação contrária à lei não é sábia, e não é boa para a concorrência justa", disse o vice-presidente financeiro da Baosteel, Zhu Kebing, num briefing online nesta sexta-feira.

As críticas da Baosteel à sugestão da Fortescue surgem um dia depois que o chefe da Rio Tinto, segunda maior mineradora de minério de ferro do mundo, classificou a ideia como um plano tolo dizendo que não haveria benefício à Austrália em tentar sustentar os preços do minério de ferro via limites à produção.

O minério de ferro, que atingiu uma mínima recorde de 54,20 dólares por tonelada nesta semana, perto do preço de equilíbrio da Fortescue, perdeu mais da metade de seu valor nos últimos 12 meses.

O presidente do Conselho da Fortescue, Andrew Forrest, defendeu na terça-feira que grandes mineradoras se juntassem à Fortescue para limitar a produção, levando o regulador de competição da Austrália a investigar se ele violou a lei convocando um cartel.

Indústria de transformação e construção civil levaram o PIB de 2014 para baixo

31/03/2015 - Fonte: INDA

O baixo crescimento do PIB, 0,1% em relação ao ano anterior, evidencia que apesar de alguns setores terem obtido crescimento, já demonstram uma desaceleração. Setores como a indústria de transformação e construção civil levaram o PIB para baixo.

A variação de 0,4% na participação da agropecuária na composição do PIB decorre do desempenho de várias culturas importantes, que obtiveram crescimento de produção, como a soja (5,8%) e a mandioca (8,8%), porém registraram perda de produtividade.

Algumas culturas registraram queda de produção anual, como, por exemplo a cana-de-açúcar (-6,7%), milho(-2,2%), café(-7,3%) e laranja(-8,8%).

No setor industrial, destacou-se o crescimento da extrativa mineral, impulsionada tanto pelo aumento da extração de petróleo e gás natural quanto pelo crescimento da extração de minérios ferrosos, avançando 8,7% no ano.

Os setores de construção civil e eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana que tiveram variação negativa de 2,6%. Desempenho foi influenciado pelo uso maior das termelétricas, sobretudo a partir do segundo trimestre de 2014.

A indústria de transformação teve queda de 3,8%, influenciada pela contração do valor adicionado pela indústria automotiva e da fabricação de máquinas e equipamentos, aparelhos elétricos e produtos de metal.

Em compensação a indústria farmacêutica, a fabricação de produtos de limpeza e perfumaria e a fabricação de bebidas obtiveram crescimento.

Na composição do setor de serviços, o comércio sofreu queda (-1,8%). Os demais serviços obtiveram crescimento, com destaque para serviços de informação (4,6%), atividades imobiliárias (3,3%) e transporte, armazenagem e correio (2,0%). Administração, saúde e educação públicas cresceram 0,5%, seguidas por serviços de intermediação financeira em seguros (0,4%).

O recuo de 4,4% da formação bruta de capital fixo foi destaque. Redução está é justificada pela queda na produção interna e da importação de bens de capital, tendo sido influenciada pelo fraco desempenho da construção período neste período.

A despesa do consumo familiar desacelerou em relação ao ano anterior (que havia crescido 2,9%) e cresceu 0,9%. Se por um lado a massa salarial dos trabalhadores obteve crescimento em termos reais em 4,1% em relação ao ano anterior, por outro lado o crédito bancário para pessoas físicas deixou de crescer em termos reais.

Na balança comercial, tanto as exportações quanto as importações de bens e serviços obtiveram queda de 1,1% e 1,0% respectivamente.

Destaques negativos entre as exportações foram para indústria automotiva e embarcações e estruturas flutuantes. Por outro lado, produtos siderúrgicos, celulose e produtos de madeira apresentaram crescimento. Óleo diesel, tecidos e bebidas também apresentaram crescimento nas exportações.

A taxa de investimento no ano de 2014 foi de 19,7% do PIB, abaixo do observado no ano anterior (20,5%). A taxa de poupança foi de 15,8% em 2014, comparada a 17,0% em 2013.

Sinduscon revisa estimativas e projeta recuo de 5,5% no PIB da construção em 2015

31/03/2015 - Fonte: INDA

O Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo (Sinduscon-SP) piorou suas estimativas para 2015 e agora espera uma queda de 5,5 por cento no Produto Interno Bruto do setor este ano, ante uma previsão anterior de desempenho entre estabilidade e alta de 0,5 por cento.

A mudança na projeção ocorreu depois da divulgação do desempenho do PIB do país no ano passado, que cresceu apenas 0,1 por cento, mostrando o pior desempenho para os investimentos em 15 anos.

O Sinduscon-SP previa queda de 2 por cento no emprego na indústria da construção para 2015, com declínio de 1,5 por cento na produção de insumos do setor e queda no comércio desses materiais. Agora a entidade espera queda de mais de 10 por cento no nível de empregos do setor este ano.

Apenas no primeiro bimestre, a indústria acumula saldo negativo de 42 mil empregos e para o presidente do sindicato, José Romeu Ferraz, deve haver cortes de mais 300 mil postos até o final do ano. O setor encerrou dezembro de 2014 com 3,285 milhões de postos de trabalho.

"A queda (nos empregos) tem atingido todos os segmentos", afirmou ele. As vendas de materiais de construção despencaram cerca de 14 por cento no primeiro bimestre sobre o mesmo período do ano passado, informou mais cedo nesta semana a associação que representa o setor, Abrammat, que também pode cortar suas projeções para o ano a partir dos resultados de março.

Investimento mostra queda inédita de seis trimestres

31/03/2015 - Fonte: INDA

A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF, medida das contas nacionais do que se investe em máquinas e construção civil) fechou 2014 com seis trimestres em terreno negativo. Ao recuar 0,4% de outubro a dezembro passado em relação aos três meses anteriores, feitos ajustes sazonais, o investimento seguiu a trajetória mais longa de contração desde o início da série histórica do PIB, iniciada em 1996.

O cenário ruim do investimento, dizem economistas, poderá piorar em 2015, com os reflexos do ajuste fiscal e da Operação Lava-Jato.

No ano, o recuo da FBCF foi significativo: - 4,4%, com o investimento na economia representando 19,7% do PIB, patamar considerado baixo pelos economistas. Eles alertam que isso ocorreu mesmo após a revisão metodológica das Contas Nacionais, que, entre outros aspectos, adicionou aos investimentos os gastos com pesquisa e desenvolvimento e software. A mudança no cálculo da FBCF explica a diferença do resultado observado no período em relação às estimativas dos economistas - que esperam queda maior, de cerca de 7% a 8% nos investimentos - mas não alterou a tendência de deterioração dos investimentos para 2015.



Os dados da FBCF de 2014 são considerados "bastante preocupantes" pelo ex-diretor de Política Monetária do BC Luís Eduardo Assis. "A queda da FBCF em 2014 sinaliza que 2015 vai ser um ano difícil, com retração de 1% a 1,5% do PIB, o que significaria o pior ano em 25 anos." Para Assis, os empresários só vão voltar a investir a partir do momento em que a economia esboçar alguma recuperação. "Não vão investir só porque existe uma perspectiva de melhoria da relação dívida/PIB", diz.

Em um ambiente com queda do salário, do crédito, aumento da inadimplência e crise política, afirma, será "muito difícil recuperar investimentos". Além disso, economistas ressaltam os problemas com a Operação Lava-Jato.

"O investimento público é muito importante para o investimento da economia como um todo e não vejo a Petrobras como uma grande investidora em 2015. Se piorar a fatia da

FBCF no PIB em 2015, não vou me surpreender", disse Antonio Carlos Porto Gonçalves, professor da FGV. Em 2014, a FBCF ficou em 19,7% do PIB.

Assis diz que a Petrobras se tornou o núcleo de "uma onda de inadimplência" na economia. "A Petrobras não tem pago uma série de obras que foram contratadas e em torno dela há essas empreiteiras com dificuldades, várias delas em processo de solicitação de recuperação judicial, que, por sua vez, também não pagam seus respectivos fornecedores.

Existem setores, como construção naval, que têm enfrentado problemas sérios." Margarida Gutierrez, professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, concorda que a Lava-Jato e a crise política são elementos adicionais para a piora do cenário em 2015.

Na sua opinião, se de um lado o ajuste pode ajudar a melhorar a confiança, por outro lado, a crise política tira a confiança, e isso pode não deixar a economia retomar nem mesmo em 2016.

A economista Silvia Matos, do Ibre-FGV, afirma que a tendência é que em 2015 a FBCF seja pior do que os -4,4% de 2014. Segundo estimativas preliminares, diz, a queda chegará a 7%. "A tendência é ser pior, a construção vai desabar e a indústria também. "

Para Silvia, a trajetória no governo Dilma é "impressionante", "algo histórico", já que a taxa de investimento foi negativa em 10 dos 16 trimestres. "Isso coincide com a desaceleração da construção, que antes ajudou a melhorar o investimento, mas não salva mais a pátria. Passou o 'boom'. Se houvesse algum motor... Mas não vemos nada." Margarida destaca outro dado preocupante.

A relação poupança/PIB ficou em 15,8%, patamar considerado muito baixo. Margarida diz que essa taxa refere-se à poupança interna e a queda é "grave", porque é a "contraface do déficit externo".

O déficit externo sobe porque o país está usando uma poupança que não é dele, mas do resto do mundo para se financiar, afirma. Segundo ela, como o uso da poupança externa é feito via endividamento em dólar, isso aumenta a vulnerabilidade externa.

Segundo os economistas, um alívio para os investimentos em 2015 está restrito a concessões de infraestrutura - se forem retomadas pelo governo - e ao setor industrial exportador em razão do impulso que a desvalorização do real poderá dar.

Mas eles ressaltam dificuldades estruturais da indústria, de forma que o câmbio mais favorável não é condição suficiente para que ela consiga recuperar mercados externos.

Por meio de sua assessoria de imprensa, a Petrobras informou que está em dia com as suas obrigações contratuais, e que "os pagamentos dos compromissos reconhecidos com as contratadas são realizados de acordo com a legislação vigente e os prazos contratuais".

Eventualmente, informou a estatal, empresas contratadas apresentam pleitos de pagamentos adicionais, que são submetidos à avaliação. Mas destacou que "eventuais pleitos não representam a existência de dívida por parte da Petrobras".

Crise da indústria se amplia para o comércio e aponta para recessão

31/03/2015 - Fonte: INDA

O crescimento de apenas 0,1% do Produto Interno Bruto (PIB) no ano passado reforçou a iminência de retração da economia. Relatos de empresas de vários setores mostram que o comércio sentiu a ausência do consumidor nas lojas e reduziu encomendas das indústrias e contratação de serviços logísticos.

Indústrias e redes varejistas abortaram planos de investimento e não descartam demitir para lidar com o aumento de custos. Todos os empresários entrevistados pelo Valor relataram custos maiores com preços de energia, frete ou insumos importados.

Mesmo setores que ainda conseguiam escapar ao marasmo na atividade econômica, como serviços, sentem os consumidores mais cautelosos e dispostos a barganhar por preço, até devido aos efeitos da inflação alta nos primeiros meses do ano.

Sandra Bacchin e Marina Arruda Acioli, sócias da Bem Florido, empresa de decoração de eventos, afirmam que os últimos meses do ano passado foram mais "parados", mas no início de 2015 as empresárias notaram súbito aumento por pedidos de orçamento. O problema é que as consultas não se concretizaram em contratos. "Está todo mundo buscando preço, fazendo comparações", diz Sandra.

Sandra enxerga um claro "solução" da economia em março, com aumento da incerteza diante de manifestações, do cenário político conturbado e noticiário econômico mais adverso. Com isso, os clientes também ficam mais reticentes. "Os mesmos fatores que fizeram o dólar subir nas últimas semanas fazem todo mundo parar".

Nilso Berlanda, presidente da rede Berlanda, que possui 201 lojas de móveis e eletrodomésticos na região Sul, relata que em março a queda da receita foi de 10% contra igual mês de 2014, o que fechou um primeiro trimestre muito fraco. Com liquidações, janeiro empatou com 2014, mas em fevereiro a queda foi de 20%, com o impacto da greve de caminhões. Para ele, março mostra o que deverá ser um padrão para 2015. "As lojas estão vazias. A classe C, que puxava as vendas, parou de consumir e está tentando pagar dívidas. A inadimplência aumentou."

Com a queda de vendas e a falta de perspectiva de reversão do quadro, Berlanda reduziu as suas encomendas entre 10% e 15% em relação a 2014 e avalia que terá que cortar pessoal. O grupo, que também reúne indústrias de colchões, móveis e estofados, possui 2,4 mil empregados em Santa Catarina.

Berlanda estuda corte de 10% do quadro. Diz que não pensa em fechar lojas, mas os planos de expansão da rede em 2015 foram suspenso. "A ordem este ano é me manter. Estamos tentando reduzir despesas. As lojas que abastecíamos duas vezes por semana, por exemplo, vamos reduzir para uma vez", conta. "Da última vez em que houve uma crise assim, o Lula baixou o IPI. Mas a Dilma não pode mais fazer isso, porque as pessoas não conseguem mais comprar."

No setor industrial, os relatos também são desanimadores. José Carlos Nadalini, diretor-presidente da Engrecon, fabricante de engrenagens para caminhões e implementos agrícolas, conta que não se lembra de a empresa atender tantos pedidos de orçamento, sem que as consultas se transformem em encomendas.

Segundo Nadalini, as consultas estão chegando porque as empresas estudam um processo de nacionalização necessário para financiamentos e também por conta do real

desvalorizado. A decisão de produzir ou investir dos clientes, porém, ainda não foi tomada.

O empresário diz que a receita da empresa nos primeiros dois meses e meio do ano caiu cerca de 30% em relação a igual período de 2014, quando já houve recuo de 10% contra o ano anterior. A taxa de ocupação está em torno de 50%, diz Nadalini, e hoje são 160 trabalhadores na empresa. Em 2014, eram 180. "Estamos tentando segurar novas demissões e dando férias para os funcionários."

No lado oposto, a Estrela, fabricante de brinquedos, começa a se beneficiar das três fábricas que tem no Brasil. Carlos Tilkian, presidente da empresa, afirma que essa "vantagem" tem contribuído para que a empresa aumente a fatia no mercado doméstico e tenha alta de faturamento mesmo em ambiente econômico difícil.

"Hoje, 70% do faturamento vem da produção nacional e esperamos elevar a fatia até o fim do ano, o que permitirá ser mais competitivo do que quem importa, que tem aumento de custo ou perda de rentabilidade", diz.

Tilkian avalia que o cenário atual não impede a empresa de crescer, mas é desafiador. "Tenho conversado com nossos clientes e todos demonstram preocupação com nível de atividade econômica, com falta de clientes dentro da loja", afirma.

O empresário acredita em pequeno aumento do faturamento neste ano, o que será positivo no cenário atual, apostando em um último trimestre mais favorável para o consumo, à medida que as incertezas no quadro político e econômico se dissipem.

Eduardo Mazurkyewitz, diretor da fabricante de papelão Mazurky, comemora ter apostado nas vendas de embalagens para os setores farmacêutico e alimentício. "Temos uma série de concorrentes com dificuldades por estarem mais focados no setor de bens duráveis, que vai mal", diz.

A expedição total de papel ondulado, segundo a associação de empresas do setor, caiu 8,19% em janeiro e fevereiro, na comparação com igual período de 2014, mas o primeiro bimestre da Mazurky foi bastante positivo, com crescimento de 39% das vendas em volume, na mesma comparação. "O mercado não cresce, mas temos conseguido ganhar clientes da concorrência, abrir novas contas, com investimento relativamente alto em marketing", diz Mazurkyewitz.

O diretor prevê continuidade do bom ritmo de expansão das atividades da empresa ao longo do ano, ainda que menos forte, já que a empresa deve reajustar preços em abril, após aumento de 10% dos fornecedores em março.

"Tivemos aumento de custos com frete, energia, dissídios, não tem como absorver esse reajuste na nossa margem", avalia.

O economista Simão Silber, professor da Faculdade de Economia e Administração da USP, diz que as estatísticas demoram um pouco para refletir a retração da economia. "Há uma piora gradual nas últimas estimativas do Focus sobre PIB e produção industrial ao fim do ano, o que também revela que a atividade não anda bem."

Aloisio Campelo, coordenador do Ibre-FGV, ressalta que os índices não dão sinais de melhora e ainda apontam intenção generalizada das empresas de demitir, "algo bem raro de acontecer".

Firjan vê investimentos de R\$ 424 bi ameaçados em função da lava-jato

31/03/2015 - Fonte: INDA

Levantamento feito pela Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan) indica que 144 empreendimentos no país estão ameaçados de paralisação, em função de impactos diretos e indiretos das investigações da Operação Lava-Jato, da Polícia Federal.

Os investimentos previstos nesses projetos são de, pelo menos, R\$ 423,8 bilhões, valor equivalente ao PIB do Estado de Minas Gerais. "Por um lado, o país possui a oportunidade de por fim a um dos maiores esquemas de corrupção e punir seus culpados, e assim reforçar a crença da sociedade brasileira nos princípios da ética e de justiça.

De outro, os efeitos das investigações sobre as empresas envolvidas podem vir a paralisar os investimentos em curso no país", avaliou a Firjan, no levantamento, divulgado nesta sexta-feira. Segundo a entidade, dos 144 empreendimentos, estão incluídas as refinarias do Nordeste (R\$ 37,4 bilhões) e Comperj (R\$ 27,8 bilhões), duas plantas de fertilizantes, 31 contratações de embarcações feitas a 18 estaleiros e 109 obras de infraestrutura em geral.

Dessas obras, destaca-se a hidrelétrica de Belo Monte, de R\$ 28,9 bilhões de investimentos, no Pará. De acordo com a Firjan, as investigações da Lava-Jato resultaram na suspensão formal de contratação pela Petrobras de 25 empresas no Brasil, das quais 13 construtoras envolvidas nas mais importantes obras de infraestrutura do país e em grandes empreendimentos no setor de petróleo e gás da Petrobras.

"O risco de que novas empresas passem a constar na relação de investigados vem provocando a interrupção de pagamentos por parte da Petrobras a outras empresas que não estão citadas nas investigações, atingindo indiretamente a cadeia de fornecedores de petróleo e gás, notadamente os estaleiros", completou a Firjan.

"Diante de cifras tão impressionantes e do impacto que possuem em setores estratégicos para o país, faz-se necessário, sem prejuízo das investigações e das punições que dela vierem a decorrer, que os investimentos no Brasil não sejam interrompidos", concluiu a entidade.

Ajuste põe em risco concessões de ferrovias

31/03/2015 - Fonte: INDA

Se já não bastassem a desconfiança e o desinteresse do setor privado, o programa federal de concessões de ferrovias agora esbarra também na equipe econômica. Com dificuldades para implementar o ajuste fiscal, o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, não está disposto a comprometer dezenas de bilhões de reais nas garantias necessárias para viabilizar o plano.

Pelo modelo definido em 2013, a estatal Valec, vinculada ao Ministério dos Transportes, se compromete a adquirir toda a capacidade de carga das ferrovias, com o objetivo de dar segurança ao empreendedor contra os riscos de demanda.

Para garantir que a estatal terá condições de arcar com os desembolsos ao longo de todo o período da concessão, o governo se comprometeu a emitir R\$ 15 bilhões em títulos públicos em favor da Valec. Segundo apurou o Valor, Levy é contra a operação.

Diante disso, caem a zero as chances de que alguma ferrovia entre na nova rodada de concessões que a presidente Dilma Rousseff quer anunciar em breve. Até agora, o

governo só confirmou a intenção de conceder mais três aeroportos (Salvador, Florianópolis e Porto Alegre) e os serviços de dragagem em três portos (Santos, Paranaguá e Rio Grande). Há também o desejo de incluir quatro trechos rodoviários e alguma hidrovia.

Para as estradas de ferro, sobra como opção o lançamento de pacote de obras previstas no Programa Nacional de Segurança Ferroviária em Áreas Urbanas. A ideia é que as concessionárias invistam em melhorias na malha atual, possivelmente em troca de extensões de seus contratos.

Além disso, há esperança de que possa ser concedido trecho da Ferrovia Norte-Sul, entre Porto Nacional (TO) e Estrela d'Oeste (SP). Como o trecho está sendo construído pela própria Valec, a avaliação é de que a concessão isolada da operação tenha menor risco e, portanto, maior potencial de atrair interessados.

De acordo com o diretor de ferrovias da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Carlos Fernando do Nascimento, uma nova audiência pública para discutir a concessão deste trecho deve ocorrer em abril. Ele diz que a autarquia não foi informada sobre qualquer veto da Fazenda ao modelo de concessão e que, ao menos por enquanto, o governo segue trabalhando para licitar a construção de novas ferrovias.

Nascimento reconhece, no entanto, que desde novembro do ano passado o processo está parado. A data coincide com o momento em que representantes do setor privado alegam ter sido feito o último contato do governo para tratar das concessões.

Na mesma época, foi enviada aos empreendedores apresentação da Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, com detalhes sobre os mecanismos de garantia.

O objetivo do documento, ao qual o Valor teve acesso, era detalhar os mecanismos e, assim, afastar temores sobre o modelo. Não funcionou. Nas empreiteiras, a mensagem é de "absoluto desinteresse" pelas obras do programa.

É justamente por esse motivo que ainda está encalhado o edital do primeiro trecho, entre Lucas do Rio Verde (MT) e Campinorte (GO). O estudo de viabilidade foi aprovado no final de 2013 pelo Tribunal de Contas da União (TCU), mas apenas o grupo espanhol OHL manifestou interesse em participar da licitação. Temendo um fracasso retumbante, o governo segurou o projeto, que segundo o setor privado terá que ser revisitado antes de um eventual relançamento.

Especialista em infraestrutura ferroviária, o advogado Leonardo Coelho, do escritório LL Advogados, diz que a necessidade de ajuste fiscal e os desdobramentos da Operação Lava-Jato servirão para enterrar o precário modelo apresentado para as concessões ferroviárias.

"Diante do quadro atual, imaginar que o governo vá aportar tanto dinheiro na Valec, sem a menor garantia de que capacidade adquirida pela empresa será revendida, não faz o menor sentido."

Segundo Coelho, a desverticalização do setor, imposta pelo novo modelo, limitou às empreiteiras o universo de interessados em construir ferrovias. "Com as dificuldades de crédito e a imagem arranhada pelos escândalos de corrupção, é ínfima a chance de que alguma participe dos leilões."

Trafigura mantém planos, apesar de cenário negativo

31/03/2015 - Fonte: INDA

Mesmo com a piora no cenário de negócios do setor de mineração, a trading holandesa Trafigura garante que segue inalterado seu projeto no Brasil, o Porto Sudeste, controlado numa joint venture com o Mubadala, fundo de investimentos do governo de Abu Dhabi.

Para Simon Collins, chefe de metais e minerais da trading, apesar da queda "dramática" e "inesperada" nos preços do minério de ferro, a produção segue competitiva no País.

Localizado em Itaguaí (RJ), o Porto do Sudeste foi comprado da MMX, mineradora de Eike Batista que está em recuperação judicial. Após sucessivos atrasos, desde antes da venda do controle para Trafigura e Mubadala, o empreendimento ficou pronto no mês passado, mas ainda não tem todas as autorizações para operar.

Quando assumiram o empreendimento, no início do ano passado, os novos controladores esperavam iniciar as operações em agosto de 2014. Segundo Collins, o Porto Sudeste é um projeto de longo prazo, que se mostrará competitivo quando comparado com o custo de capital de outros grandes projetos.

Reajustados os Pisos Salariais para 2015 no Estado de Santa Catarina

31/03/2015 - Fonte: INDA

O Governador do Estado de Santa Catarina, através da Lei Complementar 644-SC, de 26-3-2015, publicada no Diário Oficial do Estado do dia 27-3-2015, altera o artigo 1º da Lei Complementar 459-SC, de 30-9-2009 (Fascículo 42/2009), para reajustar, com efeitos a partir de 1-1-2015, os pisos salariais dos trabalhadores do Estado, que passam a vigorar da seguinte forma:

- a) de R\$ 835,00 para R\$ 908,00;
- b) de R\$ 867,00 para R\$ 943,00;
- c) de R\$ 912,00 para R\$ 994,00;
- d) de R\$ 957,00 para R\$ 1.042,00.

O Piso Salarial para a categoria dos empregados domésticos passa a ser de R\$ 908,00. Veja a seguir a íntegra da Lei Complementar 644-SC/2015:

"LEI COMPLEMENTAR Nº 644, DE 26 DE MARÇO DE 2015

Altera o art. 1º da Lei Complementar nº 459, de 2009, que institui no âmbito do Estado de Santa Catarina pisos salariais para os trabalhadores que especifica e adota outras providências.

GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O art. 1º da Lei Complementar nº 459, de 30 de setembro de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º
I - R\$ 908,00 (novecentos e oito reais) para os trabalhadores:
.....

- ..
II - R\$ 943,00 (novecentos e quarenta e três reais) para os trabalhadores:
.....
..
III - R\$ 994,00 (novecentos e noventa e quatro reais) para os trabalhadores:
.....
..
IV - R\$ 1.042,00 (mil e quarenta e dois reais) para os trabalhadores:
....." (NR)
Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015.
Florianópolis, 26 de março de 2015.

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO
Governador do Estado

Indústria da transformação | Fim da desoneração terá grande impacto

31/03/2015 - Fonte: Jornal do Comércio

Com a mudança nas regras de desoneração da folha de pagamento, a carga tributária paga pela indústria de transformação brasileira deve aumentar entre R\$ 9,3 bilhões e R\$ 12,2 bilhões anualmente, aponta estudo do Departamento de Competitividade e Tecnologia (Decomtec) da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

Para a entidade, se o governo tem a intenção de conduzir a economia de volta ao crescimento e à elevação do nível de investimento, a mudança proposta é inadequada.

Ainda segundo análise do departamento, o fim da desoneração em determinados setores da indústria pode provocar redução de 24,1% a 31,6% na margem de lucro das empresas, o que deve comprometer os aportes do setor, uma vez que 63% das empresas utilizam recursos próprios em suas inversões.

De acordo com o diretor-titular do Decomtec, José Ricardo Roriz Coelho, as principais conseqüências das mudanças dizem respeito à perda de competitividade da indústria. Isso porque, segundo ele, a alteração ocorre em um momento adverso sob o ponto de vista da produção industrial, resultado de uma série de fatores, como o aumento da tarifa de energia elétrica, o fim do Reintegra e a elevação da taxa básica de juros.

"A única medida tributária do Plano Brasil Maior que atacou diretamente os custos de produção da indústria foi a desoneração da folha de pagamento. O fim dela representa praticamente o fim da política industrial", explica.

Para exemplificar, Roriz Coelho destaca que o histórico dos últimos anos mostra a perda de participação da indústria de transformação na composição do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro.

Ele lembra que, se antes essa fatia chegava a 28%, hoje ela é de apenas 12%. "O pior é que essa queda ocorreu justamente no período em que o brasileiro teve sua renda ampliada e a passou a consumir. Ou seja: seus gastos foram absorvidos pelas empresas estrangeiras", analisa.

Diante dessa situação, em agosto de 2011 o governo lançou sua política de desoneração da folha de pagamento. A contribuição previdenciária patronal (INSS) de 20% sobre a folha foi parcialmente compensada por alíquota de 1% ou de 2% sobre a receita bruta no mercado interno. No entanto, o diretor lembra que a desoneração não foi aplicada a toda

indústria de transformação. Segundo o estudo, 44% dos produtos fabricados pela indústria de transformação estão na desoneração da folha de pagamentos.

"Ainda assim, a política de desoneração teve resultados importantes, como a redução do diferencial de preços do produto nacional ante o importado, decorrente do custo Brasil e da sobrevalorização cambial, e a contribuição para manutenção do nível de emprego e aumento de salários, mesmo em um contexto de produção em queda", ressalta.

O Projeto de Lei 863/2015, que confirma a proposta da Medida Provisória 669/2015, foi enviado ao Congresso neste mês. Se aprovado, a partir de junho, empresas de 56 setores passarão a recolher 4,5% em vez de 2% e 2,5% quando era 1% sobre o faturamento bruto para a Previdência Social.

"A indústria de transformação viverá um ano ruim, que será agravado consideravelmente se a alíquota sobre receita for elevada. O ajuste fiscal é necessário, mas o governo deve procurar outras fontes de financiamento e concentrar-se no corte de gastos. A indústria brasileira já enfrenta uma das maiores cargas tributárias do mundo, o que prejudica gravemente sua competitividade", conclui.

Montadoras ampliam paradas na Páscoa

31/03/2015 - Fonte: Jornal do Comércio

A indústria automobilística aproveita o feriado da Páscoa para uma nova rodada de dispensa de trabalhadores, a exemplo do que fez no Carnaval. Várias empresas vão prolongar a parada das atividades na tentativa de reduzir estoques e de adequar a produção à demanda.

A Mercedes-Benz parou toda a produção de caminhões ontem em São Bernardo do Campo (SP) e retomará operações na terça-feira da próxima semana. Essa área emprega cerca de 3,5 mil pessoas. Em abril, a empresa vai funcionar quatro dias por semana. A jornada reduzida também foi adotada neste mês.

A empresa tem ainda 750 trabalhadores em *lay-off* (contratos suspensos) até o fim de abril. Neste mês, a Mercedes abriu novo Programa de Demissão Voluntária (PDV), pois alega ter, ao todo, 1.950 trabalhadores excedentes de um quadro de 11 mil pessoas, incluindo as unidades de ônibus e peças.

Na Fiat em Betim (RMBH), a folga dos 16 mil trabalhadores da produção começa hoje e vai até segunda-feira, "para ajuste de demanda", informa a montadora. O grupo de 2 mil trabalhadores que está em férias coletivas com retorno previsto para esta semana só voltará no dia 7.

Outra fabricante de caminhões em São Bernardo, a Scania, para na quinta-feira e volta na outra quarta-feira. A empresa tem 3,6 mil funcionários e estuda novas folgas para emendar com o feriado de Tiradentes.

Volks - Em Taubaté (SP), a Volkswagen iniciou ontem período de 20 dias de férias coletivas para cerca de 4,2 mil trabalhadores, paralisando toda a produção dos modelos up! e Voyage. A unidade também tem 250 pessoas em *lay-off*. Na mesma cidade, a Ford colocou, desde ontem, 60 funcionários da filial de motores em banco de horas (a compensação dos dias parados ocorrerá futuramente).

Nesta terça-feira termina o prazo de *lay-off* de 137 trabalhadores - o grupo inicial era de 224 pessoas, mas parte deles deixou a empresa por meio de um PDV. O Sindicato dos

Metalúrgicos de Taubaté negocia a volta desse pessoal à fábrica, que emprega cerca de 1,5 mil pessoas, mas o receio é de que eles sejam dispensados,

Na fábrica de automóveis e caminhões de São Bernardo, a Ford também tem 240 trabalhadores em banco de horas por tempo indeterminado e hoje abriu um PDV. Segundo o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, a Ford alega ter entre 400 e 600 trabalhadores excedentes.

Até sexta-feira foram vendidos no país 204,8 mil veículos, volume 9,5% inferior ao de igual mês do ano passado. Em relação a fevereiro há uma melhora de 10% em razão do menor número de dias úteis.

As montadoras encerraram fevereiro com 329 mil veículos em estoque, suficientes para 50 dias de vendas. Segundo concessionários, o volume pode ter diminuído em março, mas ainda é significativo.

Seis empresas fechadas e 2 mil demitidos no polo moveleiro de Ubá

31/03/2015 - Fonte: Jornal do Comércio

O polo de móveis de Ubá, na Zona da Mata, iniciou 2015 com resultados nada animadores. Somente nos três primeiros meses deste ano o faturamento já caiu 15% na comparação com o mesmo período de 2014. A queda levou ao fechamento de seis empresas e a demissão de 2 mil funcionários entre dezembro e fevereiro, com perspectivas de piora a curto prazo.

Segundo o presidente do Sindicato Intermunicipal das Indústrias de Mobiliário de Ubá (Intersid), Michel Henrique Pires, o mau momento enfrentado pelo setor teve início em 2012, quando as empresas do polo pararam de apresentar resultados positivos. Desde então, o faturamento vem despencando em percentuais cada vez mais acentuados. Para se ter uma ideia, em 2014, a queda foi de 10% - a maior desde 1996, quando o sindicato passou a realizar a pesquisa.

No início de 2014, as perspectivas eram de crescimento de 5%. "Nossa expectativa era de começar a recuperar as perdas dos últimos anos em 2014. Mas o cenário econômico foi pior do que planejamos e a reversão de quadro se tornou impossível", avalia Pires.

Para 2015, as expectativas já começam negativas. Na melhor das hipóteses, as empresas do polo deverão quantificar uma queda de 10%. E as explicações para o mau momento são inúmeras. O endividamento do consumidor, a alta dos juros e da inflação, a queda nas vendas de imóveis e o baixo crescimento do país são algumas delas.

Fatores negativos - No exercício passado, a Copa do Mundo e as eleições também pesaram muito de forma negativa nos resultados do setor em Minas. Neste ano, esses fatores não existem mais, mas foram substituídos por outros.

A crise política que o país vive e a desconfiança do consumidor quanto ao futuro de suas próprias finanças são algumas questões que precisam ser levadas a sério, de acordo com o dirigente.

"É preciso voltar a seriedade no país porque a população está desconfiada. A crise não é mais de dinheiro e demanda. Ela é também de confiança, e quanto a isso não há muito o que fazer a não ser uma reforma política, tributária e trabalhista que retome a confiança no país", afirma Pires.

Por isso, nem mesmo uma nova redução do Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI) cobrado sob móveis poderia melhorar a situação. Tanto que dezembro foi um mês de queda nas vendas, férias coletivas e demissões mesmo com a extensão da alíquota menor por mais tempo.

Se não há como tomar medidas pontuais por parte do governo, do lado dos industriais a situação é um pouco pior. Em um primeiro momento a estratégia utilizada foi uma redução das margens de lucro e corte nos gastos. Porém, as medidas não surtiram o resultado esperado. E agora o que resta ao empresariado é aguardar uma resposta da economia.

"Cortar gastos não cabe mais. Até porque nossos custos têm aumentado. A conta de luz subiu, assim como o valor da mão de obra e da matéria-prima. Estamos de mãos atadas... difícil traçar uma estratégia", ressalta. E o pior, segundo o presidente do Intersid, é que os custos não podem ser repassados ao consumidor por causa da retração na demanda.

Nesse contexto, conforme sua avaliação, irão sobreviver no mercado as empresas com maior capacidade de gestão e maior disponibilidade de capital para segurar a fase de baixa demanda. Pires explica que existem outras empresas em vias de fechar as portas. Mas não sabe dizer ao certo quantas estão nesta situação.

Levy quer cortar em quase 30% gastos de custeio e investimento

31/03/2015 - Fonte: Jornal do Comércio

O ministro da Fazenda, Joaquim Levy, disse ontem que o governo precisa mudar algumas políticas, já que o cenário internacional mudou, com os principais parceiros do país reduzindo suas políticas anticíclicas. "Não é culpa dos outros, é o cenário que mudou e, como a presidente Dilma Rousseff tem dito, se esgotou nossa capacidade de fazer anticíclico", afirmou.

O ministro ressaltou em diversos momentos a necessidade de manter o grau de investimento, sendo que controlar a dívida pública é, segundo ele, essencial para isso. "A boa notícia é que o PIB é um pouco maior do que pensávamos, então a relação dívida/PIB é um pouco mais favorável", comentou, referindo-se à recente mudança da metodologia do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que levou a uma revisão para cima no PIB de anos anteriores.

Levy afirmou que o ajuste fiscal é necessário porque o Brasil precisa reverter a deterioração fiscal e das contas públicas. E que o ajuste exige um esforço de todos, incluindo a administração federal, legislativo, governos estaduais e municipais, empresários e sociedade civil.

"O objetivo é recuperar as metas de superávit fiscal", reforçou. Segundo ele, o governo faz um grande esforço para colocar os gastos obrigatórios em uma trajetória sustentável. Além disso, foi estabelecida a meta de reduzir os gastos discricionários para os níveis de 2013, o que significa uma redução de quase 30% "uma redução forte, mas o governo tem de mostrar liderança e a presidente bancou isso", afirmou.

Segundo o ministro, qualquer retrocesso no ajuste fiscal poderia levar à perda do grau de investimento, o que seria desastroso. Para ele, a recente decisão da Standard & Poor's de manter o *rating* do Brasil não foi um voto de confiança só nele, mas em todas as instituições brasileiras, "na capacidade do governo e do Congresso de se fazer o ajuste, que se tornou absolutamente imprescindível".

Levy comentou ainda que o governo prevê que estados e municípios voltem a apresentar resultado primário positivo neste ano, com superávit equivalente a 0,2% do PIB. Ressaltou, contudo, que o espaço de manobra é pequeno. "A gente não pode errar. Não é um grande problema, a gente vai vencer, só não pode errar, fazer coisas como manter ou aumentar protecionismo", explicou.

Arrecadação - Segundo Levy, o governo vai ficar atento aos dados mensais de arrecadação e, dependendo dos resultados, tomará as medidas necessárias. "A arrecadação em fevereiro foi bastante fraca. Isso é preocupante, tanto em termos de produção e sobre o que significa para o resultado do Tesouro. Nós temos de estar atentos e vamos tomar as medidas de arrecadação que se mostrarem necessárias, é o que a Lei de Responsabilidade Fiscal manda". Joaquim Levy participou de fórum empresarial promovido pelo grupo Lide, em São Paulo.

Analistas apontam efeito da depreciação do câmbio

31/03/2015 - Fonte: Jornal do Comércio

A aceleração do Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M) no mês de março, para 0,98%, após avançar 0,27% em fevereiro, foi decorrente, sobretudo, das oscilações do câmbio, avalia o Bradesco. "Esse movimento é reflexo principalmente do repasse da depreciação da taxa de câmbio, que influenciou a alta de grãos no IPA agrícola e de diversos grupos importantes do IPA industrial", diz o banco em boletim enviado a clientes.

No âmbito dos preços agropecuários no atacado, o Bradesco destaca as altas de soja e milho e as quedas menores de *in natura* e, entre os preços industriais, a pressão dos preços de minério de ferro, celulose, metalurgia e químicos.

Para os próximos meses, a expectativa da instituição financeira é de "algum arrefecimento na cadeia agrícola e continuidade da aceleração dos industriais". Este último movimento deve se dar em decorrência da dissipação dos alívios gerados pela queda de petróleo ultimamente, avalia o Bradesco. "Para o IGP-M de abril, esperamos elevação de 0,70%", diz o relatório.

Impacto - O economista do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), André Braz, reforça a avaliação do Bradesco sobre o papel desempenhado pelo câmbio. Para ele, o efeito da recente valorização do dólar ante o real "finalmente" começou a aparecer na medição dos IGPs e deve se intensificar nos próximos meses. "Os preços administrados ainda são o principal fator de aceleração do IGP-M de março e o câmbio aparece como a segunda maior influência", disse.

Segundo Braz, no âmbito dos preços no atacado, o efeito cambial ainda é "bem discreto" e concentrado, sobretudo na parte inicial da cadeia produtiva. Ele destacou que a soja puxou a aceleração do Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA), uma vez que a composição dos preços se dá no mercado internacional e sente os efeitos da valorização do dólar, mas também devido a revisões para baixo da safra mundial da oleaginosa.

O grão foi responsável por 1,22 ponto porcentual da alta de 2,02% registrada no componente Matérias-Primas Brutas. "Dentro das matérias-primas brutas, a soja em grão respondeu por metade da alta. Sem este item, a alta seria de 0,80%", destacou Braz.

O minério de ferro foi o item que mais sentiu os impactos da desvalorização do real. Braz assinala que houve queda no preço internacional da *commodity*, mas no cenário doméstico foi registrada valorização. Em fevereiro, o preço do minério de ferro caiu 3,52% e, em março, subiu 1,19%.

No período de coleta do IGP-M, o câmbio apresentou valorização de 2,58% em fevereiro e de 10,90% na leitura de março. "Em fevereiro, o câmbio médio foi de R\$ 2,73 e, em março, de R\$ 3,02", disse. "Essa alta deve se intensificar em abril, com nova valorização de cerca de 6%, sendo mais disseminada".

Entre as matérias-primas que aceleraram, mas não em decorrência do câmbio, estão a cana-de-açúcar, aves e leite, que sofreram efeitos sazonais ligados à entressafra. O dólar mais alto, no entanto, pressionou bens intermediários (químicos, fertilizantes, celulose). Os bens finais, únicos componentes do IPA que registraram desaceleração na margem, foram os que sofreram menos efeito do câmbio. "O IPC desacelerou porque o repasse do câmbio ainda não chegou na ponta da cadeia", avaliou Braz.

Governo lança plano de ação para redução de acidentes de trabalho

31/03/2015 - Fonte: Jornal do Comércio

O ministro do Trabalho e Emprego, Manoel Dias, anunciará hoje a "Estratégia Nacional para a Redução dos Acidentes do Trabalho no Brasil". Conforme divulgado ontem pelo ministério, trata-se de um plano de ação para a redução de acidentes de trabalho no país, contribuindo para a redução dos danos aos trabalhadores, às empresas e ao Orçamento da União.

"A previsão com a estratégia é de uma redução nos valores gastos pelo governo com acidentes de trabalho e também intensificar as ações fiscais para proteção do trabalhador", cita o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), em nota. Manoel Dias fará a apresentação do plano em Brasília.

Durante os anos de 1998 e 2013, ocorreram 14.566.870 acidentes e doenças de trabalho, enquanto entre 1996 e 2011 foram notificadas 47.597 mortes no trabalho no Brasil, cita o MTE. Segundo o ministério, os números mostram que são insuficientes as medidas de prevenção de saúde e segurança do trabalhador.

Dados do governo indicam gastos previdenciários com os benefícios pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) com auxílio-doença, pensão por morte, aposentadoria por invalidez e auxílio-acidente, no período de 2008 a 2013, em um montante de despesas que alcançam cerca de R\$ 50 bilhões. Somente no ano passado foram mais de R\$ 10 bilhões em gastos com acidentes de trabalho.

Hoje o MTE também irá aderir à campanha "Abril Verde: Uma Campanha pela Vida". O mês foi escolhido por conter duas datas importantes para o tema: o dia 7 de abril, "Dia Mundial da Saúde", e o dia 28 de abril, "Dia Internacional em Memória às Vítimas de Acidentes do Trabalho".

Confiança da indústria cai 9,2% em março, queda mais forte desde novembro de 2008, diz FGV

31/03/2015 - Fonte: Reuters

O Índice de Confiança da Indústria (ICI) brasileira caiu 9,2 por cento em março, segunda queda seguida, e atingiu o menor nível desde janeiro de 2009, destacando as dificuldades enfrentadas pelo setor neste ano.

O ICI atingiu 75,4 pontos em março, contra 83,0 pontos em fevereiro, quando teve queda de 3,4 por cento sobre o mês anterior, de acordo com dados divulgados nesta terça-feira pela Fundação Getulio Vargas (FGV).

"A queda da confiança em março de 2015 foi a mais intensa e disseminada setorialmente desde novembro de 2008, retratando um setor extremamente insatisfeito com a situação atual dos negócios e pessimista em relação à possibilidade de recuperação no horizonte de três a seis meses", destacou o superintendente adjunto para ciclos econômicos da FGV/IBRE, Aloisio Campelo Jr.

O resultado de março decorre tanto das avaliações sobre a situação atual quanto da expectativa futura. O Índice da Situação Atual (ISA) caiu 10,4 por cento, a 75,3 pontos, menor nível desde julho de 2003 (70,4).

Já o Índice de Expectativas (IE) registrou queda de 7,8 por cento no período, para 75,5 pontos, menor patamar desde fevereiro de 2009 (73,3). A FGV informou também que o Nível de Utilização da Capacidade Instalada recuou 1,2 ponto percentual, para 80,4 por cento em março, menor marca desde julho de 2009 (79,9 por cento).

As perspectivas para a indústria, um dos principais pesos sobre a economia brasileira, não são favoráveis neste ano. O setor enfrenta dificuldades em meio à inflação e juros elevados, e a perspectiva na pesquisa Focus do Banco Central é de contração da produção de 2,42 por cento.

Tempo Capital Principal indica Marcelo Gasparino para chairman da Usiminas

31/03/2015 - Fonte: Reuters

A Usiminas informou nesta terça-feira que o acionista Tempo Capital Principal Fundo de Investimento de Ações indicou o conselheiro Marcelo Gasparino como candidato ao cargo de presidente do Conselho de Administração.

"A companhia ainda não recebeu nenhuma outra indicação de candidato ao cargo de presidente do Conselho de Administração", acrescentou a Usiminas. A assembleia geral extraordinária para eleger o Conselho da Usiminas está marcada para 6 de abril.

Governo Central tem déficit primário de R\$7,4 bi, pior resultado histórico para meses de fevereiro

31/03/2015 - Fonte: Reuters

O governo central (Tesouro, Banco Central e Previdência Social) registrou déficit primário de 7,358 bilhões de reais no mês passado, no pior resultado para meses de fevereiro na série histórica iniciada em 1997, influenciado pela forte queda das receitas e despesas em nível elevado.

Em fevereiro, o déficit primário nas contas do governo central foi formado pelo rombo de 5,875 bilhões de reais na Previdência Social e pelo saldo negativo de 1,505 bilhão de reais do Tesouro Nacional, enquanto o Banco Central registrou superávit de 22,2 milhões de reais.

A receita líquida do governo central somou 70,382 bilhões de reais, com forte queda de 31,6 por cento em relação a janeiro. O recuo na receita ocorreu mesmo com o ingresso de uma arrecadação tributária extraordinária de 4,6 bilhões de reais no mês passado. Já a despesa encerrou o mês anterior em 77,740 bilhões de reais, com redução de 15,9 por cento frente ao primeiro mês do ano.

"Fevereiro é um mês mais fraco pelo lado das receitas e em certa medida isso impactou o resultado", disse o secretário do Tesouro Nacional, Marcelo Saintive. No ano, o governo central acumula superávit de 3,093 bilhões de reais ante superávit de 9,920 bilhões de reais em igual período do ano passado.

A meta de superávit primário de 2015 para o setor público consolidado (governo federal, Estados, municípios e estatais federais) é de 1,2 por cento do Produto Interno Bruto (PIB).

Para atingir o alvo, o governo coloca em prática um duro ajuste das contas públicas marcado por aumento de tributo, revisão de regras em benefícios trabalhistas e previdenciários, redução de desonerações e encolhimento de subsídios, mas a resistência do Congresso e os efeitos da economia fraca sobre a arrecadação lançam dúvidas sobre o alcance do objetivo.

A etapa seguinte ao plano de ajuste será a definição do contingenciamento de gastos do orçamento, a ser anunciado nas próximas semanas.

Philips vende 80% de unidade de componentes de iluminação por US\$2,8 bi

31/03/2015 - Fonte: Reuters



A Philips acertou a venda de uma fatia de 80,1 por cento em sua divisão de componentes para iluminação por 2,8 bilhões de dólares para o Go Scale Capital, fundo de tecnologia que buscará expandir os negócios automotivos e de lâmpadas LED da companhia.

O acordo anunciado nesta terça-feira é um prelúdio a um movimento estratégico mais amplo da Philips: cindir sua principal divisão de iluminação, a maior fabricante desses equipamentos do mundo, por meio de uma listagem no mercado acionário, conforme o grupo holandês se foca em tecnologia médica e produtos selecionados de consumo.

A Philips disse que o acordo avalia o negócio de componentes, que inclui uma unidade de iluminação automotiva e o negócio "Lumileds" de fabricação de lâmpadas LED, em 3,3 bilhões de dólares incluindo dívida.

O analista da ABN Amro Marc Hesselink disse que o preço da venda ficou "consideravelmente acima das expectativas do mercado". A unidade teve lucro de 141 milhões de euros e faturamento de 1,42 bilhão em 2014.

Etanol sobe em SP após 6 semanas de queda; fica competitivo ante gasolina em MG

31/03/2015 - Fonte: Reuters

Nos postos, o biocombustível segue competitivo frente à gasolina em alguns Estados, especialmente naqueles que produzem mais.

De acordo com levantamento da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, referente ao período 22 a 28 de março, a cotação média do hidratado em São Paulo foi de 2,075 real/l, correspondendo a 65,5 por cento do valor da gasolina.

O combustível derivado da cana-de-açúcar também segue vantajoso nos Estados de Mato Grosso, Paraná e Goiás.

Em Minas Gerais, onde o ICMS sobre o hidratado baixou de 19 para 14 por cento desde o dia 18 de março, o biocombustível também passou a ser competitivo, com o preço nos postos equivalendo a 69,8 por cento da gasolina C, apontou o Cepea.

O hidratado é competitivo nos postos se for vendido a até 70 por cento do preço da gasolina. Com a maior competitividade do etanol em Minas Gerais frente à gasolina, a consultoria Job Economia estimou anteriormente uma demanda adicional por hidratado no Estado de 1 bilhão de litros neste ano, com um potencial de 3 bilhões de litros nos próximos anos.

O incremento no consumo deverá ocorrer, segundo a consultoria, a partir do momento que os mineiros mudarem sua cultura nos abastecimentos dos veículos, usando um combustível financeiramente mais vantajoso.

Lucro da Tractebel sobe 68,3% no 4o tri com aumento da venda de energia

31/03/2015 - Fonte: Reuters

A Tractebel, maior geradora privada de energia elétrica do Brasil, teve um salto de 68,3 por cento no lucro líquido do quarto trimestre na comparação anual, a 481,9 milhões de reais, favorecida pelo aumento da venda de energia e de seu preço líquido médio no período.

O lucro antes de juros, impostos, amortização e depreciação (Ebitda, na sigla em inglês) da companhia somou 884,1 milhões de reais, alta de 37 por cento ante igual intervalo do ano anterior, segundo dados divulgados pela Tractebel na noite de segunda-feira.

O avanço do Ebitda ocorreu diante de efeito positivo de 97,1 milhões de reais nas transações realizadas no mercado de curto prazo, além de um aumento na receita líquida de venda de energia contratada.

O preço líquido médio de venda de energia subiu 5,6 por cento no quarto trimestre, para 152,17 reais o MWh. Isso contribuiu para um avanço de 16,1 por cento da receita líquida de vendas, para 1,728 bilhão de reais, aliado ao incremento no volume de energia vendida.

A quantidade de energia vendida passou de 4.061 MW médios no quarto trimestre de 2013 para 4.337 MW médios de outubro a dezembro de 2014, avanço de 6,8 por cento. Já a produção de energia elétrica nas usinas operadas pela Tractebel caiu 5,2 por cento no quarto trimestre, para 5.937 MW médios.

Entender a cadeia de suprimentos é chave para aumento de produtividade em mineradoras

31/03/2015 - Fonte: Notícias Mineração Brasil

Empresas de pequeno porte e altamente capacitadas começam a aparecer com a demanda criada por grandes mineradoras nas áreas de cadeia de suprimentos, simulação e software de otimização. Uma dessas empresas é a australiana TSG Consulting.

“Quem tem a melhor e mais eficiente cadeia de suprimentos, e quem entende melhor como otimizá-la vai ser o mais competitivo”, disse o diretor da TSG Consulting, Craig Stewart, há três anos. Para ele, a gestão da cadeia de suprimentos é a principal área em que mineradoras vão competir.

Naquela época, o foco estava em grandes projetos de capital para expandir a capacidade de produção de minério de ferro, carvão e outras commodities, agora as mudanças desejadas são menores, mas não menos importantes.

"É sobre como você encontrar 2 milhões de toneladas em 100 milhões. Por isso, torna-se um pouco mais de um problema complexo, com uma solução mais complexa", afirmou o diretor da TSG.

Stewart acredita que há oportunidades para crescer e por isso está "começando a construir a reputação global". Hoje a TSG tem cerca de 50 físicos, matemáticos, estatísticos, engenheiros, geólogos e cientistas da computação na Austrália e no Chile, e de forma mais ampla na América do Sul.

"O clima atual, na verdade, abre uma série de oportunidades. É uma espécie de uma nova ordem mundial no momento ", disse ele ao Mining Journal, publicação do mesmo grupo que o **NMB**.

A TSG usa simulação discreta de eventos (DES, na sigla em inglês) e técnicas de planejamento e programação avançada (APS) para permitir uma abordagem holística da gestão integrada da cadeia de suprimentos.

As cadeias de suprimentos em grandes mineradoras envolvem operações de minas a céu aberto, transporte em redes ferroviárias, movimentação em portos e outras instalações de atendimento ao cliente.

Esses sistemas contêm subsistemas complexos e que interagem, disse Stewart. Em nível individual, os subsistemas têm seus próprios problemas exclusivos e otimizar o planejamento e desempenho de cada é "uma tarefa importante e difícil".

"A tecnologia APS é o que nos permite integrar a programação dos diferentes subsistemas – como o ferroviário, porto, transferência, turnos – em uma programação completa da cadeia de suprimentos, e ainda permite que programadores de subsistemas possam planejar e gerenciar suas próprias áreas", disse ele.

Ao mesmo tempo em que desenvolve seu know-how nessa área, a TSG identificou produtos externos que agregam valor aos seus serviços, com é o caso do *active opportunity framing*, um método de gerenciamento de projetos.

David Whittle, um especialista em planejamento de lavra, se juntou recentemente à TSG como associado. Ele é responsável por *workshops* sobre AOF, tema que aperfeiçoou nos últimos oito anos em que prestou serviços para mineradoras.

"Em essência, é um *workshop* cuidadosamente organizado no início de um projeto para envolver os líderes, os *stakeholders*, as PME [pequenas e médias empresas], em que você tenta obter como resultado um plano de trabalho consensual e lógico", diz Stewart.

"Temos modelos bastante detalhados de cadeias de suprimentos inteiras e, se você está tentando encontrar pequenas oportunidades de incremento em um ambiente, você realmente precisa entender os detalhes", disse ele, para explicar a importância de se investir em ferramentas de visualização de processos.

"Voltando ao exemplo de produtividade, se você está tentando encontrar uma forma de alterar a sua capacidade, significa que você realmente precisa entender [o processo] em detalhes, o que está acontecendo com as operações. Portanto, não é uma visão de alto nível para conseguir, por exemplo, um aumento de 30 Mtpa. Você tem que olhar toda a

cadeia de suprimento para entender onde essas melhorias de produtividade podem ser feitas”, declara Stewart.

"Pode que você tenha US\$ 10 milhões para melhorar a produtividade: onde você gastá-lo? Se você gastá-lo na área errada que você pode criar uma capacidade latente, você não vai de fato liberar capacidade. Então, você precisa entender sua cadeia de suprimentos, o que é crítico, que equipamento é crítico, que as práticas operacionais são críticas, e em seguida, escolher os KPIs [indicadores-chave de desempenho] certos", afirma o executivo.

Entre as tecnologias utilizadas pela TSG estão o software Anylogic, uma plataforma de simulação para estudos analíticos, e TSG Super Models, para visualização interativa de modelos. Com informações da Mining Journal.

Equipamento da Nautilus para mineração submarina começa a ser montado em julho

31/03/2015 - Fonte: Notícias Mineração Brasil

A Nautilus pretende usar tecnologias existentes de plataformas de petróleo e gás, indústrias de dragagem e mineração para extrair metais básicos e precisos do fundo do mar. A companhia canadense planeja produzir cobre ouro e outros metais, com baixo impacto ambiental, em uma operação a 1,6 mil metros de profundidade.

"Nós estamos muito satisfeitos por termos sido avisados que o SSLP vai sair do estoque em breve e que sua montagem vai recomeçar em julho deste ano. O SSLP é uma peça-chave de equipamento para os planos de produção da Nautilus. Estamos ansiosos para a entrega da bomba completa no meio do ano que vem", disse Mike Johnston, CEO da Nautilus.

O sistema fabricado pela GE vai fazer a transferência dos materiais mineralizados do fundo do mar até os navios de apoio à produção, denominados Production Support Vessel (PSV), onde os sólidos mineralizados serão removidos. A água filtrada de retorno é transferida de volta para a bomba por meio de tubulações, sendo enviada de volta para o ambiente em que estava.

A divisão de Oil and Gas da GE produz esse tipo de bomba para a indústria de petróleo e gás, visando limitar os impactos ambientais no fundo do mar que podem ser causados por operações de sondagem.

A Nautilus possui o projeto Solwara 1, em Papua Nova Guiné. A mineradora pretende extrair ouro e cobre no Mar de Bismarck. O projeto será desenvolvido por meio de uma joint venture formada com a Eda Kopa. Em novembro de 2014, a Nautilus concordou em fretar um navio da Marine Assets Corporation, de Dubai, por quase US\$ 200 mil por dia.

A embarcação, que deve ser entregue até o fim de 2017, servirá de base para o projeto Solwara. O navio medirá 227 metros de comprimento e 40 metros de largura, com acomodações para até 180 pessoas e gerar cerca de 31MW de potência.

A mineradora ganhou os direitos para explorar as costas de Papua Nova Guiné em 2011. A empresa assinou um acordo de venda, em 2012, para suprir a Tongling Nonferrous Metals Group, uma refinaria de cobre chinesa, com a produção de Solwara 1.

Os recursos indicados do depósito Solwara 1 são de 1,03 milhão de toneladas de minério com 7.2% de cobre, 5 g/t de ouro, 23 g/t de prata e 0,4% de zinco.

Comissão debate novo Código de Mineração com representantes do setor

31/03/2015 - Fonte: Notícias Mineração Brasil

A comissão especial da Câmara dos Deputados sobre o novo Código de Mineração reúne-se, nesta tarde, para debater o tema com representantes do setor produtivo, dos municípios e estados mineradores e do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM).

Reinstalado no último dia 19, o colegiado é presidido pelo deputado Gabriel Guimarães (PT-MG), tendo como 1º, 2º e 3º vice-presidentes, respectivamente, os deputados Marcos Montes (PSD-MG), Evair de Melo (PV-ES) e Cleber Verde (PRB-MA). O deputado Leonardo Quintão (PMDB-MG) continuará a ser o relator da matéria.

O atual Código de Mineração (Decreto-Lei 227/67) foi publicado durante o regime militar. Para atualizá-lo, o governo federal enviou, em 2013, uma nova proposta (PL [5807/13](#)), que se juntou a outros seis projetos de lei (PL [37/11](#) e apensados) sobre o assunto que já tramitavam na Câmara dos Deputados desde 2011.

Na legislatura passada, Leonardo Quintão apresentou um [substitutivo](#) aos projetos, mas o texto não chegou a ser votado. Nesta terça-feira, serão ouvidos:

- o secretário de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia do Pará, Adnan Demachki;
- o subsecretário de Políticas Minerais e Energéticas de Minas Gerais, José Guilherme Ramos;
- o diretor-geral do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), Sérgio Augusto Dâmaso de Sousa;
- o diretor-presidente da Associação dos Municípios Mineradores de Minas Gerais (Amig), Celso Cota;
- o diretor-presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM), José Fernando Coura;
- o vice-presidente do Sinagencias, Osvaldo Barbosa Ferreira Filho; e
- representantes dos ministérios de Minas e Energia e de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

A audiência pública será realizada no plenário 14, a partir das 14 horas.

Síntese da conjuntura econômica

31/03/2015 - Fonte: Jornal do Brasil

A economia brasileira atravessa uma conjuntura de crise em três áreas fundamentais. No setor público, o governo gastou em 2013 R\$ 158 bilhões acima do que arrecadou, e em 2014 aumentou esse déficit nominal para R\$ 344 bilhões, em consequência, a dívida pública chegou a R\$ 3.252 bilhões no ano passado. 63.5% do PIB.

Um acréscimo de R\$ 567 bilhões em relação a 2013, ou seja, em um ano. Essa situação prossegue em 2015, só no mês de janeiro a dívida pública aumentou R\$ 63 bilhões. É evidente que esse estado de insolvência, caminhando para um caos financeiro. Foi certamente por isso que a presidente Dilma aceitou "virar a mesa" e nomeou o ortodoxo Joaquim Levy para remendar a situação.

O excesso de demanda interna sobre a oferta de bens e serviços abriu também um perigoso déficit na área externa, mais de 90 bilhões de dólares nas transações correntes. É a segunda face da crise, que pode levar uma fuga de capitais e a importante perda de

nossas reservas cambiais, exigindo uma desproporcional desvalorização da taxa de câmbio real/dólar com sérios impactos sobre a inflação.

A terceira principal área da crise é a Petrobras, a maior empresa do país, que foi desestruturada financeiramente e está sem recursos para dar prosseguimento ao plano de investimento do pré sal.

A solução para o primeiro quadro da crise fiscal tem que, necessariamente passar por um profundo corte nas despesas administrativas, mediante corajoso corte nas verbas orçamentárias de todos os entes da administração pública do setor executivo.

É pelo corte de gastos que vamos garantir "o superávit primário" de 1.2% do PIB. A solução para o desequilíbrio do balanço de pagamentos já teve início com a desvalorização da taxa de câmbio e deve ser sustentada.

Os efeitos inevitáveis sobre a inflação deverão ser compensados com o equilíbrio das contas públicas e o controle do crédito. A conjuntura econômica aborda com toda sua conhecida competência os problemas da Petrobras.

O reencontro com o bom senso aponta que o consumo das famílias saiu da expansão de 2,9% em 2013 para apenas 0,9% em 2014, o menor resultado desde o segundo governo do presidente Lula. Anteriormente os números eram bem mais catastróficos.

Indústria

Em 2014 a produção industrial caiu 1,2% respondendo pela maior participação na estagnação do PIB "mais 0.1%" aponta a redução da produção nacional de petróleo 2.1%. A indústria automobilística continua em recessão durante este ano até 19 de março as vendas de carros novos caíram 19,3%. Na construção civil, segundo a CNI, o nível de atividade é o menor em cinco anos.

Comércio

O comércio varejista é o pior desde 2003. As vendas de combustíveis recuaram 0.4% no primeiro bimestre devido ao carnaval e à greve dos caminhoneiros. Na agricultura, o traso na colheita provocou queda de 43% na exportação de soja no primeiro trimestre.

Mercado de Trabalho

A taxa de desemprego subiu 5.9% em fevereiro e a renda do trabalho caiu 1.4% em janeiro e fevereiro, a primeira queda desde 2011. O numero de pessoas empregadas na indústria caiu 4.1% em janeiro de 2014 e 2015. No acumulado de 12 meses a queda foi de 3.4%

Setor público

A arrecadação federal chegou, em fevereiro, em R\$ 84.982 bilhões. No bimestre a arrecadação atingiu R\$ 215.26 bilhões contra R\$ 206.81 bilhões em 2014. A arrecadação da previdência social teve uma queda de 3.17% e terá que ser coberta pelo tesouro nacional em R\$ 58.3 bilhões. O orçamento da União aprovado pelo Congresso Nacional contempla a receita de R\$ 1.429 bilhões, mais de 19% de 2014. Não incluídos aumentos

de tributos previstos para a CIDE e o IOS, no total a receita deve chegar a R\$ 2.84 trilhões.

Renault do Brasil tem primeiro prejuízo em cinco anos

31/03/2015 - Fonte: Gazeta do Povo



A Renault do Brasil sofreu em 2014 seu primeiro prejuízo em cinco anos. O balanço da montadora francesa – que tem fábrica em São José dos Pinhais, na Grande Curitiba – revelou um resultado negativo de R\$ 270 milhões no ano passado, depois de um lucro de R\$ 232 milhões em 2013. Antes disso, o último prejuízo da empresa no Brasil havia sido registrado em 2009, com perda de R\$ 256 milhões.

O relatório publicado no *Diário Oficial do Paraná* da última sexta-feira (27) mostrou que, embora as vendas de veículos da companhia ao mercado brasileiro tenham aumentado 0,3% em 2014, para pouco mais de 237 mil unidades, sua receita bruta de vendas no ambiente doméstico caiu 7%, para R\$ 10,9 bilhões. Em outras palavras, no ano passado a Renault ganhou menos por veículo vendido.

A compensação foi o aumento em sua fatia de mercado, que subiu de 6,6% no ano anterior para 7,1%, a mais alta desde que a empresa começou a produzir no país, em 1999.

Os resultados no mercado internacional foram muito ruins. Muito dependente da economia argentina, e vulnerável às barreiras alfandegárias do país vizinho, a Renault viu suas receitas com o mercado externo despencarem 59% em 2014, para R\$ 919 milhões. Com isso, o resultado operacional – que reflete as atividades principais da empresa – ficou negativo em R\$ 176 milhões, revertendo parte dos ganhos de R\$ 324 milhões em 2013.

Demissões voluntárias

Além da queda nas vendas, o desempenho das operações foi impactado por despesas de cerca de R\$ 60 milhões com um “plano de incentivo financeiro” para demissões voluntárias.

A companhia não informou quantos trabalhadores aderiram ao plano. Em ocasiões anteriores, havia afirmado apenas que, ao longo de 2014, seu quadro de funcionários baixou de 6,5 mil para 6 mil trabalhadores em razão do fim de contratos temporários.

O balanço deste ano também sofrerá o impacto de um plano de demissões voluntárias. Em fevereiro, 470 pessoas deixaram a montadora em um novo "PDV" que, segundo o relatório publicado na semana passada, tem despesa estimada em R\$ 45 milhões.

Perdas com câmbio

O resultado financeiro da Renault, que reflete os investimentos em aplicações e o pagamento de empréstimos, também registrou prejuízo, da ordem de R\$ 64 milhões. A principal responsável foi a variação do câmbio, que provocou perdas de aproximadamente R\$ 147 milhões.

AGCO terá laboratório de emissões em SP

31/03/2015 - Fonte: Automotive Business



Fábrica de tratores e motores da AGCO em Mogi das Cruzes ganhará laboratório para teste de emissões. O Grupo AGCO assinou um memorando de entendimento com a Investe São Paulo, agência de promoção de investimento do governo do estado, que prevê a implantação de um laboratório de controle de emissões a partir de um investimento de R\$ 35 milhões na unidade da empresa em Mogi das Cruzes (SP), onde a empresa produz motores e tratores Massey Ferguson e Valtra.

Com previsão de iniciar suas atividades em outubro, este será o primeiro laboratório deste tipo no País a funcionar dentro de uma fábrica de máquinas agrícolas e o quarto apto a realizar testes para motores dedicados ao segmento agrícola.

Pelo acordo, o projeto visa desenvolver e homologar motores que irão atender a legislação MAR-1 para os níveis de emissões de máquinas agrícolas, que entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2017 para propulsores de alta potência (acima de 75 kw) e a partir de 2019 para os de baixa potência.

"Com essa iniciativa, a AGCO avança e reforça a postura do grupo em atender constantemente a legislação e se antecipar no cumprimento das novas regras sem acarretar em aumento de custo para o consumidor final.

Esse pioneirismo nos torna referência no setor", afirma o vice-presidente de marketing, pós-venda, gestão de produtos e desenvolvimento de concessionárias AGCO para a América Latina, Bernhard Kiep.

"Estamos orientando a AGCO em questões tributárias e na homologação do laboratório pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo. A nossa legislação é clara e concisa no assunto, o que faz com que sejamos não só o estado mais desenvolvido do Brasil, mas um dos que mais se preocupa com a sustentabilidade ambiental de sua economia", disse o presidente da Investe SP, Juan Quirós.

Para Ricardo Huhtula, diretor da AGCO Power na América do Sul, o novo laboratório contribuirá com as operações de qualidade, por testar e avaliar os próprios motores logo após sua produção e de forma independente, nos prazos, uma vez que a companhia não dependerá de outros laboratórios e, conseqüentemente, nos custos, já que não haverá terceirização do teste em protótipos.

“Num primeiro momento, o laboratório realizará testes em motores fabricados na unidade, mas a ideia é que com o decorrer do tempo, os motores sejam testados em Mogi das Cruzes e, depois, transportados para as demais unidades do grupo”, explica Huhtula.

Sabesp alega crise e agência autoriza aumento de 13,8% na conta de água

31/03/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

A Agência Reguladora de Saneamento e Energia de São Paulo (Artesp) autorizou na segunda-feira (30) um reajuste de 13,8% nas contas de água e esgoto da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) - maior aumento desde 2003.

A estatal havia pedido uma revisão extraordinária da tarifa ao órgão no início deste mês alegando “risco ao equilíbrio econômico-financeiro” por causa dos prejuízos provocados pela crise hídrica no Estado.

Segundo a Artesp, foi autorizado reajuste de 6,3% na fatura da Sabesp para repor o aumento com as despesas com a energia elétrica e com a queda do consumo de água na Grande São Paulo em decorrência da crise, além de 7% de correção inflacionária acumulada em 12 meses pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). A agência usa também outros fatores econômicos para chegar ao índice definido.

De acordo com a nota técnica preliminar da Artesp, que será publicada nesta terça-feira, 31, no Diário Oficial, o próximo reajuste ocorre em 11 de abril, com a aplicação a partir de 11 de maio.

Mas o índice ainda vai passar por consulta pública, que será aberta nesta terça-feira, na qual interessados podem enviar sugestões sobre a revisão da tarifa por e-mail. Depois de 15 dias, será feita a audiência pública até a publicação da deliberação que autoriza o aumento.

O último reajuste na conta da Sabesp foi de 6,5% e entrou em vigor no dia 27 de dezembro de 2014. O aumento, que seria de 5,4%, havia sido autorizado pela Artesp em abril do ano passado, mas sua aplicação foi adiada pela companhia por decisão do governador Geraldo Alckmin (PSDB), que disputou e venceu a reeleição em outubro. O aumento de 1% aconteceu a título de compensação pelo adiamento da aplicação do reajuste.

No documento, a Artesp afirma que a Sabesp apresenta como fatos geradores do pedido de revisão extraordinária o “aumento no custo de energia elétrica e a redução na demanda decorrente da crise hídrica”. Dados da companhia mostram que houve uma queda de aproximadamente 25% na produção de água na Grande São Paulo, de 70 mil litros por segundo, em janeiro de 2014, para 52 mil litros em janeiro deste ano.

“Esse evento provocou, conseqüentemente, uma alteração na demanda dos consumidores, que tiveram incentivos econômicos (bônus e tarifa de contingência) para diminuição do consumo como alternativa à implementação de uma restrição de

fornecimento mais drástica”, afirma a Arsesp. A variação entre o consumo de água previsto e o consumo realizado ficou negativa em 7,85%, segundo dados da estatal.

Balanco

A Sabesp também apresentou uma nova projeção de demanda para os anos de 2015 e 2016, na qual prevê que “não haverá reversão, mas aprofundamento da tendência de redução de volume medido para o ano de 2015” e que, “em 2016, o volume voltará a crescer em relação a 2015, mas não alcançará os níveis de consumo projetados antes da crise”.

Na semana passada, a companhia publicou seu balanço anual, no qual consta uma queda de R\$ 1 bilhão no lucro no ano passado em relação a 2013, de R\$ 1,9 bilhão para R\$ 903 milhões. Segundo a Sabesp, o resultado foi motivado principalmente pela redução de receita operacional, causada pela queda do consumo de água na Grande São Paulo e em razão do programa de bônus para estimular a economia.